

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2022-11-09

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Tavares, M. & Dias, P. (2022). "Flat Tax": Caracterização da investigação. In Rocha, A., Bordel, B., Penalvo, F. G., and Gonçalves R. (Ed.), 2022 17th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). Madrid: IEEE.

Further information on publisher's website:

10.23919/CISTI54924.2022.9820519

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Tavares, M. & Dias, P. (2022). "Flat Tax": Caracterização da investigação. In Rocha, A., Bordel, B., Penalvo, F. G., and Gonçalves R. (Ed.), 2022 17th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI). Madrid: IEEE., which has been published in final form at <https://dx.doi.org/10.23919/CISTI54924.2022.9820519>. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

“Flat Tax”: Caracterização da Investigação

“Flat Tax”: Investigation Characterization

Miguel Tavares

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Lisboa, Portugal
Miguel_Conchinhas@iscte-iul.pt

Paulo Dias

Accounting Department
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Lisbon, Portugal
paulo.dias@iscte-iul.pt

Resumo — O principal objetivo deste estudo consiste em caracterizar a investigação sobre a “Flat Tax”, tendo-se definido como objetivos específicos, a análise das características dos artigos publicados e das características dos investigadores. A análise aos artigos permitiu concluir que o interesse académico pelo tema tem vindo a aumentar ao longo das décadas, já que tanto o número de artigos publicados como o número de citações aos artigos analisados tiveram um crescimento positivo. Adicionalmente, foi possível concluir que o tema é maioritariamente estudado por autores vinculados a países europeus, ainda que o país em que o tema mais suscitou interesse nos autores tenha sido nos EUA, e que os artigos são desenvolvidos maioritariamente em coautoria. Foi também possível concluir que o tema desperta interesse em diversas áreas de estudo e que, consequentemente, os artigos são publicados em múltiplas revistas científicas. Importa ainda salientar que as principais *keywords* associadas ao tema são “tax reform” e “tax system”

Palavras Chave – Flat Tax; Fiscalidade; Análise Bibliométrica.

Abstract — The main objective of this study consists in characterizing the investigation on “Flat Tax”, having been defined as specific objectives, the analysis of the characteristics of the published articles as well as the characteristics of the authors. The analysis of the articles allowed to conclude that the academic interest in the subject has been increasing over the last decades, since both the number of articles published and the number of citations to the articles analyzed had a positive growth. In addition, it was concluded that the subject is mostly studied by authors linked to European countries, although the country in which the subject generated most interest was the USA, and that the articles are mostly coauthored. It was also possible to conclude that the subject raises interest in various areas of study and that, consequently, articles are published in multiple scientific journals. It should also be noted that the main keywords associated with the topic are “tax reform” and “tax system”

Keywords – Flat Tax; Taxation; Bibliometric Analysis.

I. INTRODUÇÃO

A tributação tem uma grande importância para o funcionamento dos países, pois gera receita fiscal, que é a principal fonte de rendimento do Estado. É através desta que os governos conseguem providenciar bens e serviços públicos cruciais para o bom funcionamento das sociedades, assim como atingir um nível adequado de estabilidade económica [38], [5].

A construção de um sistema fiscal apresenta extrema relevância, uma vez que este é um determinante significativo de índices macroeconómicos como o crescimento económico, o défice fiscal e a dívida pública [4]. Ora, cada sistema fiscal acarreta consigo vantagens e desvantagens, pelo que a forma como cada país estrutura o seu sistema e define as suas taxas varia, não só pelo estado de desenvolvimento do país, mas também tendo em conta as opiniões políticas e económicas do seu governo e do que este pretende priorizar. Alguns governos optam por valorizar mais o princípio da equidade, enquanto outros optam por valorizar mais o princípio de eficiência, que são os dois princípios fundamentais no que toca à construção de um sistema fiscal [10].

No que toca à tributação de rendimentos pessoais, a generalidade dos países optou por estabelecer sistemas fiscais progressivos, de forma a tentar corrigir algumas desigualdades na sociedade [30], [33]. No entanto, movidos pelos resultados alcançados nos países do leste da Europa que adotaram sistemas fiscais proporcionais, diversos países têm discutido a possibilidade de uma reforma fiscal com o intuito de introduzir uma *flat tax*, ou seja, a utilização de apenas uma taxa para tributar os rendimentos pessoais.

Contudo, as opiniões sobre a *flat tax* não são consensuais, originando uma acesa discussão entre os vários partidos que divergem na ideia de como deve ser conduzido o futuro do seu país. Daí a pertinência de uma investigação que agrupe as principais conclusões dos estudos feitos sobre este tema, uma vez que permite observar os múltiplos pontos de vista e as suas fundamentações.

II. REVISÃO DE LITERATURA

A. Flat Tax

A *flat tax*, ou taxa proporcional tendo vindo a ser discutida e utilizada ao longo da história até aos dias de hoje [13]. Durante a época medieval, na Europa feudal, a tributação era feita através de um sistema parecido ao que hoje se considera um sistema proporcional, no qual os proprietários das terras recebiam uma proporção fixa da produção agrícola [15]. Posteriormente, [35], um dos economistas mais reconhecidos da sua época, apesar de afirmar que “não é irrazoável que os ricos contribuam para a despesa pública não só em proporção às suas receitas, mas algo mais do que proporcional”, defendeu também a ideia de taxas proporcionais, afirmando que “os sujeitos de cada Estado deveriam contribuir para o apoio do governo, o mais possível em

proporção às suas respectivas capacidades, ou seja, em proporção às receitas de que beneficiam respetivamente sob a proteção do Estado" [15]. Para além disso, segundo o mesmo autor, o sistema fiscal de um país deve ser simples, eficiente, transparente e justo. Embora nenhum sistema fiscal seja perfeito, um sistema proporcional é o que mais próximo se encontra destes critérios [20].

Também na escola Clássica, o tema da fiscalidade foi alvo de atenção constante por parte dos economistas. Autores como [32] e [24] concluíram que sistemas de tributação razoáveis devem basear-se em dois princípios fundamentais: eficiência e equidade. Consequentemente, duas teorias de tributação foram elaboradas, cada uma realçando um dos dois princípios. A proporcional de forma a satisfazer principalmente o princípio da eficiência e a progressiva o da equidade [10]. A maioria dos países, de forma a tentar corrigir algumas desigualdades de rendimentos nas suas sociedades, optaram por estabelecer sistemas fiscais progressivos [30], [33].

Já no século XX, autores do liberalismo económico relançaram a ideia de que um sistema proporcional poderia ser uma alternativa viável a um sistema progressivo. [19] desenvolveu argumentos contra a ideia de que para assegurar uma redistribuição justa do rendimento era necessário que a tributação dos rendimentos fosse feita de forma progressiva. [17] complementou a ideia, defendendo que a melhor forma de aliviar a pobreza seria através de um imposto fixo sobre o rendimento [13], [15].

Em 1983, os economistas Robert E. Hall e Alvin Rabushka desenvolveram e formalizaram pela primeira vez trabalhos académicos sobre a existência de uma taxa única sobre o rendimento, aplicada tanto aos rendimentos pessoais como empresariais, combinada com um limiar de isenção ou um subsídio base [20], [15]. No sistema proposto por Hall e Rabushka, todos os salários, vencimentos e pensões acima do limiar de isenção seriam tributados por uma taxa marginal única, o que se traduziria no aumento das taxas médias de imposto à medida que os rendimentos do trabalho fossem aumentando [36]. Assim, na prática, esta combinação de uma taxa única de imposto sobre o rendimento com uma dedução fiscal de base, conduz a um regime progressivo, ainda que diferente da noção de progressividade na qual tanto as taxas marginais como as taxas médias vão aumentando com o aumento do rendimento [36], [16].

Até sensivelmente perto do fim do século XX, só era possível encontrar impostos fixos sobre o rendimento em paraísos fiscais como Hong Kong ou as Ilhas do Canal, como Guernsey e Jersey [18]. Todavia, na última década do século XX, os países pobres do leste da Europa que se encontravam sob o regime comunista da União Soviética, ao recuperarem a independência e com o objetivo principal de crescerem economicamente, começaram a adotar sistemas proporcionais relativamente ao imposto sobre o rendimento. A primeira vaga destas reformas fiscais inicia-se em 1994 na Estónia, seguida pela Lituânia e a Letónia nos anos seguintes, sendo caracterizada por taxas de imposto relativamente elevadas, próximas da taxa marginal mais alta previamente à reforma [6]. Com início em 2001, a segunda vaga começa com a reforma fiscal na Rússia, e continua em países como a Sérvia (2003), a Roménia (2005) e a

Hungria (2011), sendo caracterizada por taxas de imposto reduzidas, próximas da taxa marginal mais baixa antes da reforma [6]. Em menos de quinze anos, a *flat tax* deixou de ser considerada uma alternativa inconcebível, pois embora estas reformas tenham sido executadas apenas nas antigas economias socialistas do leste europeu, o crescimento económico observado nesses países tem gerado a opinião que este conceito pode ser igualmente adotado por países da Europa ocidental [13], [28]. Por essa razão, juntamente com as restantes vantagens providenciadas por um sistema fiscal proporcional, cada vez mais países europeus, especialmente os que se encontram em dificuldades financeiras e com a economia estagnada, têm vindo a abordar a possibilidade de adotar esta política fiscal [13].

Vantagens

Quando se discute uma reforma do imposto sobre o rendimento pessoal, um dos objetivos é a sua simplificação. A simplicidade é entendida como uma característica importante dos sistemas fiscais, uma vez que a complexidade do sistema é em muitos casos considerada uma barreira à equidade e eficiência porque pode permitir aos contribuintes com rendimentos elevados utilizar lacunas fiscais de modo a reduzir a sua carga fiscal [18].

Uma das vantagens da adoção de um sistema fiscal proporcional é precisamente a sua simplicidade administrativa [13]. Um sistema simples aliado com taxas de imposto baixas traz benefícios em termos de redução de custos de conformidade, de menor necessidade de recorrer a contabilistas e consultores dispendiosos, de compreensão e de minimização dos custos de cobrança ao facilitar o trabalho às autoridades fiscais [18], [20]. Esta redução de custos poderia potencialmente diminuir a evasão fiscal e a subdeclaração de rendimentos, alargando assim a base tributária [12]. Contudo, críticos da *flat tax* defendem que não seria necessária uma mudança no sistema de tributação para que se observe um declínio da evasão fiscal e subdeclaração de rendimentos, podendo esta ser atingida através de investimento e melhoria das autoridades fiscais [30]. É ainda importante salientar que o efeito de redução de evasão fiscal, que é habitualmente um ponto central nas reformas fiscais em países com economias em desenvolvimento, pode ter menos expressão em países com economias mais desenvolvidas visto que estes países por norma costumam ter uma menor percentagem de economia paralela e fuga aos impostos [27].

Além das vantagens obtidas pela simplicidade administrativa da *flat tax*, a sua adoção, no caso de ser feita com taxas de imposto baixas, está também associada a um possível aumento significativo da eficiência, do emprego e do crescimento económico através de melhores incentivos [15], [28], [7]. Uma diminuição das taxas de imposto encorajaria o trabalho ao torná-lo mais gratificante, especialmente para os agregados familiares dos escalões de tributação mais elevados, e desencorajaria o tempo de lazer ao aumentar o seu custo de oportunidade [20], [36], [8], [9]. Importa salientar que taxas marginais inferiores geram não só um aumento da oferta de mão de obra, mas também uma alteração na forma de compensação dos rendimentos, permitindo aos trabalhadores uma retenção superior do seu rendimento e às empresas uma redução dos custos [14], [36]. Assim, a redução das taxas de imposto deveria

ter como consequência o aumento da poupança e do investimento, facilitando o empreendedorismo e a criação de pequenas empresas, que juntamente com uma maior motivação para o trabalho, atração de investimento estrangeiro e imigrantes qualificados levaria a um estímulo da economia [12], [34], [8]. Esse estímulo económico proporcionaria mais emprego e consequentemente mais oportunidades de trabalho para todos os cidadãos, o que poderia significar uma maior mobilidade social [20].

Contudo, também há quem defenda que a diminuição das taxas de imposto não levaria a um crescimento económico substancial [34]. Estes autores afirmam que uma sociedade mais igualitária teria um crescimento económico mais elevado a longo prazo, visto que o investimento em capital humano aumenta a eficiência e que, quanto melhor a redistribuição da riqueza, mais oportunidades terão os cidadãos com menores rendimentos, devido à possibilidade de terem acesso a bens públicos, melhor educação e cuidados de saúde [2], [25]. Para além disso, os cidadãos que auferem menor rendimento tendem a demonstrar um grau de desempenho superior em comparação com os que auferem maior rendimento sob um sistema fiscal progressivo [26]. Finalmente, é também observado que em países onde já exista muita iniciativa privada e grande parte da população ativa esteja empregada, um regime fiscal proporcional sem ser acompanhado por reformas profundas nos sistemas de educação, trabalho e saúde do Estado, não resultará em diferenças substantivas [29].

Desvantagens

Apesar das vantagens especificadas relativas à adoção de um sistema proporcional, este também contém desvantagens, que do ponto de vista do Fundo Monetário Internacional e de alguns funcionários da União Europeia, são superiores aos benefícios que dele se retiram, razão pela qual o têm criticado, opondo-se ferozmente à ideia deste método de tributação [37].

Um parecer negativo é a existência de um decréscimo nas receitas do Estado. Não obstante, os autores que defendem a *flat tax* evocam a vantagem do alargamento da base tributária devido ao declínio da evasão fiscal e subdeclaração de rendimentos para demonstrar que o decréscimo seria menor do que o esperado. Adicionalmente, ainda que a curto prazo seja expectável que as receitas sejam, de facto, inferiores, no longo prazo, o efeito dinâmico no crescimento deveria resultar num aumento das receitas fiscais [20].

Outra desvantagem apresentada sobre a tributação proporcional, e considerada por muitos como a principal desvantagem deste sistema, é que esta demonstra um impacto negativo relativamente à distribuição da riqueza, visto que a carga fiscal é suportada maioritariamente pelas pessoas com baixos rendimentos [36], [6], [30], [7]. Ao contrário da classe média e alta que beneficiam com esta política fiscal no longo prazo, na classe baixa denota-se uma perda considerável dado que o declínio da progressividade dos impostos não consegue ser compensado pelo crescimento económico [3]. Desta maneira, é esperado que se constata um agravamento das desigualdades, razão pela qual a propagação de uma *flat tax* para países desenvolvidos seja limitada [27], [30], [28]. Porém, os seus

apologistas afirmam que o efeito redistributivo depende da taxa de imposto e das deduções fiscais aplicadas e sugerem que combinações específicas podem originar sistemas de tributação de rendimento pessoal bastante redistributivos. Ainda assim, caso não se estabeleçam deduções fiscais consideráveis ou taxas de imposto baixas, a *flat tax* providencia de facto pouca redistribuição na sociedade [11], [27]. É praticamente consensual entre os autores que a tributação progressiva é a melhor forma de alcançar a igualdade. No entanto, alguns autores como [31] defendem que um certo nível de desigualdade é admissível se com essas desigualdades a sociedade como um todo estiver melhor do que estaria sem elas. [1] no seu estudo apresentam uma analogia entre a redistribuição da riqueza e a divisão de um bolo, sugerindo que o sistema progressivo resultaria numa distribuição mais igualitária das fatias, mas um sistema proporcional resultaria num bolo maior.

III. METODOLOGIA

Para construir uma investigação científica, que é um processo organizado e metódico, uma ou mais questões de investigação têm de ser estabelecidas [23]. As questões de investigação declarativas deste estudo são determinar quais as tendências de publicação de artigos científicos e perceber quais as principais conclusões dos principais estudos feitos acerca do tema. Para responder a estas questões, vai ser realizada uma caracterização da investigação através de uma análise bibliométrica, que permite chegar a conclusões acerca das características e tendências dos artigos científicos ao longo dos anos.

Nesta análise bibliométrica vai ser utilizada uma metodologia PRISMA, especialmente desenvolvida para ser aplicada em revisões sistemáticas e meta-análises [22].

Adicionalmente, para realizar qualquer investigação, é necessário numa fase inicial uma base de conhecimento sólida. Assim, a revisão de literatura foi realizada através de pesquisa de jornais académicos presentes em bases de dados prestigiadas, como o *Scopus* ou em rankings baseados na qualidade da investigação, como é o caso do *Academic Journal Quality Guide* 2018, o que assegura a qualidade da fonte da informação. O foco da revisão de literatura foi a *flat tax*, no entanto esta também inclui uma explicação mais abrangente de tópicos relacionados, como é o caso de sistemas fiscais e impostos progressivos, resultando numa melhor compreensão das bases conceptuais da *flat tax*.

Com a finalização da base teórica, procedeu-se à realização de recolha e análise de dados que ocorreu em três momentos distintos: recolha de dados, identificação dos indicadores bibliométricos e análise dos dados.

A. Recolha de dados

A fase inicial da análise focou-se numa pesquisa na plataforma *Scopus*. A pesquisa foi filtrada de modo a que as publicações tivessem de apresentar nas suas palavras-chave o termo "*flat tax*" ou que o termo "*flat tax*" estivesse presente no seu título. Importa salientar que a última recolha de dados foi efetuada no final do mês de outubro, de modo a poder ter presente na amostra o maior número possível de publicações em

2021. Assim, com a pesquisa com os filtros acima mencionados obtiveram-se 134 resultados. Posteriormente, foi limitada a amostra a apenas artigos científicos, uma vez que estes são publicados em revistas científicas submetidas a revisão pelos seus pares, garantindo assim a qualidade da publicação. Com esta limitação, a amostra passou a ser de 113 artigos científicos. Por fim, devido à impossibilidade de determinar o autor de 4 artigos, estes foram removidos, ficando-se assim com uma amostra final de 109 artigos.

IV. RESULTADOS

Os resultados que se seguem estão divididos tendo em consideração os indicadores bibliométricos de atividade científica, de impacto científico e de associações temáticas.

A. Indicadores de Atividade Científica

Os indicadores de atividade científica permitem avaliar o grau de atividade ao nível de artigos publicados ao longo do tempo. Relativamente ao número e distribuição da publicação por ano dos artigos científicos observados neste estudo, pode-se observar através da Fig. 1 que foram analisados 109 artigos, publicados em 27 anos distintos, entre 1984 e 2021, o que resulta numa média de 4,04 artigos publicados por ano. Adicionalmente, é possível observar que o ano em que mais artigos científicos foram publicados foi 2019, com 12 artigos. Pelo contrário, os anos de 1995, 1997, 2014 e 2011 foram os anos em que menos artigos foram publicados, tendo sido publicado apenas um em cada um destes anos. Em relação à evolução, constata-se que existe um aumento dos artigos publicados ao longo das décadas, o que demonstra que o interesse pela temática tem vindo a aumentar gradualmente.

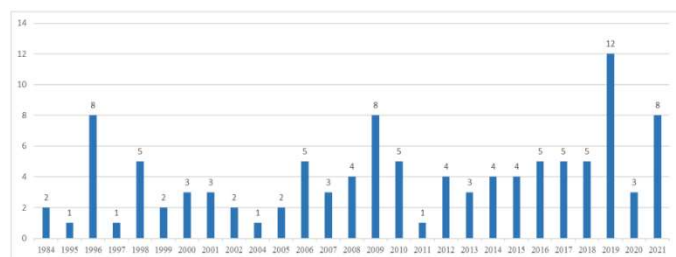


Figure 1. Distribuição e evolução dos artigos publicados por ano

Ao analisar a produtividade dos autores, constata-se que para os 109 artigos da amostra deste estudo, contribuíram um total de 201 autores. Destes, 93% contribuíram com apenas um artigo, enquanto 7% publicaram 2 ou mais artigos. Apenas um autor, publicou mais do que 2 artigos, Peichl, A., que com 4 artigos publicados é o autor mais produtivo dentro desta amostra.

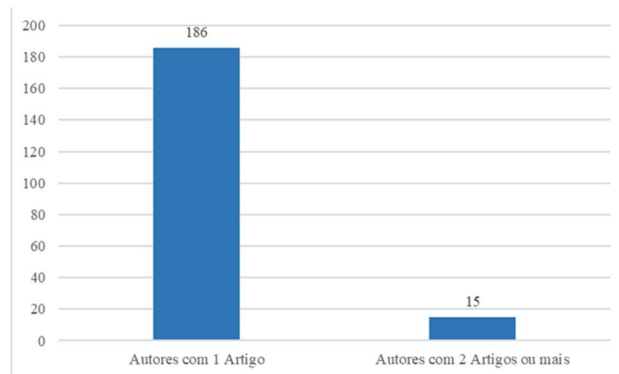


Figure 2. Produtividade dos autores

No que respeita à colaboração na autoria dos artigos, pode-se aferir que dos 109 artigos em análise, 68 tiveram uma autoria coletiva, o que representa 62% do total de artigos publicados. Os artigos escritos por apenas um autor foram 41, o que representa 38% do total. Outro dado a retirar é que dos 68 artigos publicados com mais de um autor, os artigos elaborados por dois autores são os que têm maior expressão, com 40 artigos, seguido dos artigos elaborados com 3, 4 e 5 autores com 20, 5 e 3 artigos publicados respetivamente. Ao nível da relação entre os autores mais produtivos, é possível verificar através de um mapa de *network* que dos 15 autores que publicaram mais do que um artigo, apenas existem 2 clusters de autores com ligações entre si. Um cluster com dois autores e outro com três. Isto revela que não existem muitas relações entre os autores mais produtivos sobre o tema.

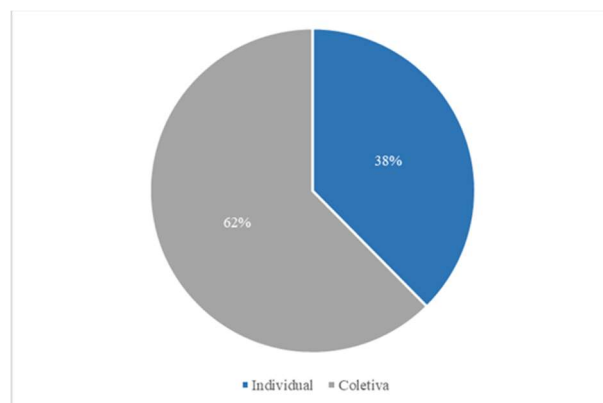


Figure 3. Produtividade dos autores

Outro indicador relevante de estudo é a distribuição geográfica dos artigos publicados. A este respeito é importante mencionar que o número de autores afiliados não é igual ao número de autores que publicaram os artigos que são alvo de análise nesta investigação, uma vez que alguns estão afiliados a mais do que um país e alguns não estão afiliados a nenhum. Assim, embora contribuam para esta investigação 201 autores, considera-se que o número de autores afiliados é de 208.

Através da Figura 4 é possível aferir que o estudo engloba artigos escritos por autores afiliados a 35 países espalhados por todos os continentes. Destes, mais de metade encontram-se afiliados a países do continente europeu, que é o continente no qual em mais países foi investigado o tema, tendo sido estudado em 24 países. Ainda assim, o país no qual este tema suscitou interesse em mais autores foi nos EUA, com 64 autores afiliados a publicarem artigos científicos. Através de um mapa de *network* foi observado que a Alemanha, os EUA e o Reino Unido são os países que mais ligações tinham com outros países, mostrando assim um nível de comunicação com outros países superior aos restantes.

País/Continente	Número de autores afiliados	% de autores afiliados
África do Sul	2	0,96%
África	2	0,96%
Canadá	6	2,88%
EUA	64	30,77%
América	70	33,65%
China	1	0,48%
Índia	1	0,48%
Hong Kong	2	0,96%
Japão	2	0,96%
Singapura	1	0,48%
Coreia do Sul	1	0,48%
Uzbequistão	1	0,48%
Ásia	9	4,33%
Alemanha	19	9,13%
Áustria	3	1,44%
Azerbaijão	1	0,48%
Bélgica	3	1,44%
Bulgária	3	1,44%
Dinamarca	1	0,48%
Eslováquia	10	4,81%
Espanha	11	5,29%
Estónia	2	0,96%
França	3	1,44%
Geórgia	1	0,48%
Hungria	6	2,88%
Irlanda	1	0,48%
Itália	18	8,65%
Luxemburgo	1	0,48%
Noruega	2	0,96%
Polónia	2	0,96%
Portugal	1	0,48%
Reino Unido	13	6,25%
República Checa	9	4,33%
Roménia	5	2,40%
Rússia	3	1,44%
Suécia	2	0,96%
Suíça	2	0,96%
Europa	122	58,65%
Austrália	1	0,48%
Oceânia	1	0,48%
Comissão Europeia	2	0,96%
Fundo Monetário Internacional	2	0,96%
Outros	2	0,96%
Total	208	100,00%

Figure 4. Afiliação dos autores por país

B. Indicadores de Impacto Científico

Os indicadores de impacto científico permitem avaliar o grau de impacto que os artigos têm ao nível científico. Estes podem ser divididos em indicadores de impacto dos trabalhos e indicadores das fontes.

No que toca aos indicadores de impacto dos trabalhos podemos analisar o número de citações dos artigos. A este respeito pode-se verificar, tal como no número de artigos publicados, um aumento do número das citações dos artigos. Através da Figura 5 podemos ver que desde 1998 até 2021, tem sido notada uma tendência substancialmente positiva na citação dos artigos, sendo que em 1998 apenas duas citações foram efetuadas e em 2019, 2020 e 2021, que foram os anos em que estes artigos foram mais citados, foram citados 73, 90 e 102 artigos respetivamente. Isto permite concluir que o interesse académico acerca do tema tem vindo a aumentar nas últimas décadas.

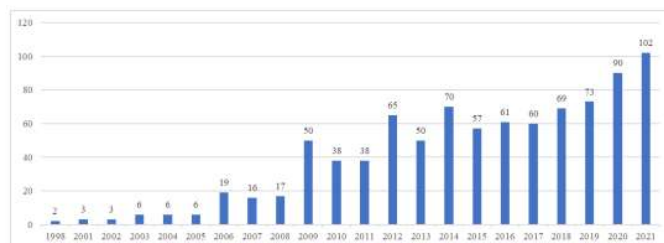
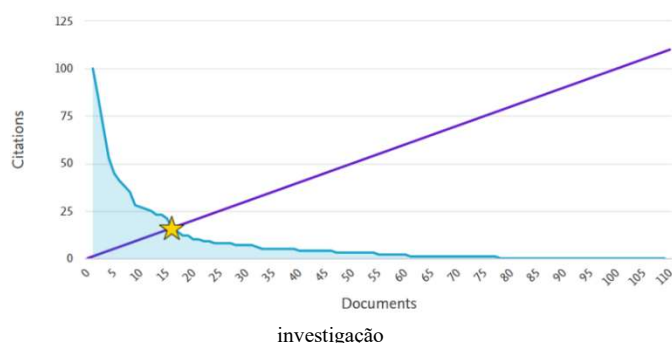


Figure 5. Número de citações por ano

Recorrendo à plataforma *Scopus*, foi também desenvolvida a análise do *H-Index*, uma métrica que tem em conta o número de artigos publicados e as citações a esses artigos de uma forma equilibrada, sendo assim útil para indicar o impacto de um investigador sobre o desenvolvimento do seu campo científico e fazer comparações entre investigadores [21]. Através da Figura 6, pode-se concluir que este estudo apresenta um *H-Index* de 16, ou seja, dos 109 artigos científicos que compõem a amostra deste estudo, 16 foram citados pelo menos 16 vezes.

Figure 6. *H-Index* dos artigos científicos que constituem a amostra da



Em relação aos indicadores de impacto das fontes, para aferir o seu impacto é importante realizar uma análise às revistas científicas nas quais os artigos são publicados. Os 109 artigos em análise foram publicados num total de 85 revistas científicas.

Por fim é também importante realizar-se uma análise às áreas de estudo nas quais os artigos científicos se enquadram. Os artigos científicos presentes nesta investigação estão inseridos em diversas áreas de estudo, como se pode verificar através da

Importa referir que existem artigos que se enquadram em mais do que uma dessas áreas, pelo que o número de artigos considerados é de 162 e não 109. Os artigos analisados nesta investigação estão inseridos em 10 áreas diferentes, o que revela que vários tipos de temas podem ser estudados através do tema

em investigação. Ainda assim as áreas que se destacam são “Economics, Econometrics and Finance”, com 87 artigos e “Social Sciences” e “Business, Management and Accounting” com 29 artigos cada uma.

Área de Investigação	Número de artigos publicados	% de artigos publicados por área de investigação
Economics, Econometrics and Finance	86	53,09%
Business, Management and Accounting	29	17,90%
Social Sciences	29	17,90%
Arts and Humanities	7	4,32%
Medicine	5	3,09%
Mathematics	2	1,23%
Decision Sciences	1	0,62%
Engineering	1	0,62%
Environmental Science	1	0,62%
Psychology	1	0,62%
Total	162	100%

Figure 7. Distribuição dos artigos por área de estudo

C. Indicadores de Associações Temáticas

Em análise às *keywords* foi observado que 322 *keywords* diferentes foram utilizadas pelos autores na conceção dos seus artigos, demonstrando que, relacionado com a *flat tax*, uma multitude de temas podem ser investigados. Ainda assim, as *keywords* que mais vezes são utilizadas, como se pode observar através da Figura 8, são “*tax reform*” e “*tax system*”, sugerindo que os principais temas em análise no que toca a artigos relacionados com a *flat tax* são a análise dos sistemas de tributação, bem como de reformas e possíveis reformas fiscais.

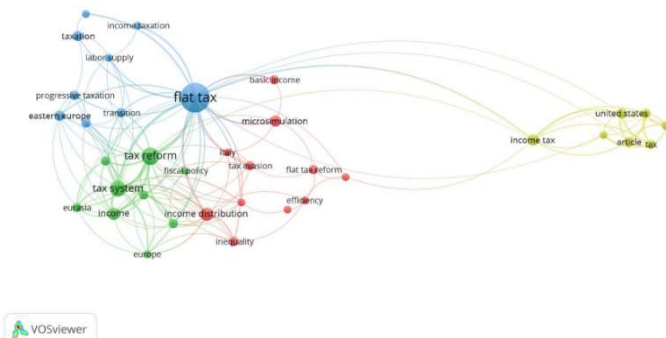


Figure 8. Distribuição dos artigos por área de estudo

V. CONCLUSÕES

Este estudo visa a caracterização da investigação sobre a “Flat Tax”, de forma a analisar as tendências de artigos científicos publicados na plataforma *Scopus*. Foi possível perceber que a análise aos artigos permitiu concluir que o interesse académico pelo tema tem vindo a aumentar ao longo das décadas, já que tanto o número de artigos publicados como o número de citações aos artigos analisados tiveram um crescimento positivo. Adicionalmente, foi possível concluir que o tema é maioritariamente estudado por autores vinculados a países europeus, ainda que o país em que o tema mais suscitou interesse nos autores tenha sido nos EUA, e que os artigos são desenvolvidos maioritariamente em coautoria. Foi também possível concluir que o tema desperta interesse em diversas áreas de estudo e que, conseqüentemente, os artigos são publicados em múltiplas revistas científicas. Importa ainda salientar que as

principais *keywords* associadas ao tema são “*tax reform*” e “*tax system*”.

Face aos resultados apresentados é possível afirmar que este estudo proporciona uma visão global do estado da literatura, tanto ao nível dos artigos, como dos autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- [1] Aaberge, R., Colombino, U., & Storm, S. (2004). Do more equal slices shrink the cake? An empirical investigation of tax-transfer reform proposals in Italy. *Journal of Population Economics*, 17(4), 767-785. doi:https://doi.org/10.1007/s00148-004-0193-2
- [2] Aghion, P., Caroli, E., & Garcia-Penalosa, C. (1999). Inequality and economic growth: The perspective of the new growth theories. *Journal of Economic Literature*, 37(4), 1615-1660. Retrieved from http://www.jstor.org/stable/2565487
- [3] Altig, D., Auerbach, A. J., Kotlikoff, L. J., Smetters, K. A., & Walliser, J. (2001). Simulating fundamental tax reform in the United States. *The American Economic Review*, 91(3), 574-595. Retrieved from https://search.proquest.com/scholarly-journals/simulating-fundamental-tax-reform-united-states/docview/233038607/se-2?accountid=38384
- [4] Amirthalingam, K. (2013). The importance of taxation and the role of indirect taxes in developing countries: A survey of literature. *Colombo Business Journal*, 4(1), 43-52.
- [5] Arab, H. R., & Basariya, S. R. (2020). A study on the uses of taxation in developing countries. *Journal of Critical Reviews*, 7(1), 457-463. doi:https://doi.org/10.31838/jcr.07.01.90
- [6] Barrios, S., Ivaškaitė-Tamošiūnė, V., Maftai, A., Narazani, E., & Varga, J. (2020). Progressive tax reforms in flat tax countries. *Eastern European Economics*, 58(2), 83-107. doi:https://doi.org/10.1080/00128775.2019.1671201
- [7] Benczúr, P., Kátay, G., & Kiss, Á. (2018). Assessing the economic and social impact of tax and benefit reforms: A general-equilibrium microsimulation approach applied to Hungary. *Economic Modelling*(75), 441-457. doi:https://doi.org/10.1016/j.econmod.2018.06.016
- [8] Bonga-Bonga, L., & Perold, M. (2014). A CGE simulation of a flat tax as a possibility for tax reform in South Africa. *The Journal of Applied Business Research*, 30(6), 1693-1708. doi:https://doi.org/10.19030/jabr.v30i6.8883
- [9] Conesa, J. C., & Krueger, D. (2006). On the optimal progressivity of the income tax code. *Journal of Monetary Economics*, 53, 1425-1450. doi:https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2005.03.016
- [10] Dagan, N., Serrano, R., & Volij, O. (1999). Feasible implementation of taxation methods. *Review of Economic Design*, 4, 57-72. doi:https://doi.org/10.1007/s100580050026
- [11] Domonkos, S. (2016). Who wants a progressive income tax? Determinants of tax policy preferences in post-socialist Eastern Europe. *East European Politics and Societies and Cultures*, 30(2), 423-448. doi:https://doi.org/10.1177/0888325415602055
- [12] Duncan, D., & Peter, K. S. (2010). Does labour supply respond to a flat tax? *Economics of Transition*, 18(2), 365-404. doi:https://doi.org/10.1111/j.1468-0351.2009.00383.x
- [13] Evans, A. J., & Aligica, P. D. (2008). The spread of the flat tax in eastern Europe: A comparative study. *Eastern European Economics*, 46(3), 49-67. doi:https://doi.org/10.2753/EEE0012-8775460303
- [14] Feldstein, M. (1995). Behavioral responses to tax rates: Evidence from the tax reform act of 1986. *The American Economic Review*, 85(2), 170-174. Retrieved from https://search.proquest.com/scholarly-journals/behavioral-responses-tax-rates-evidence-reform/docview/233022407/se-2?accountid=38384
- [15] Fischer, D.-H., & Ferraro, S. (2019). A proposal for a simple average-based progressive taxation system. *Public Sector Economics*, 43(2), 141-165. doi:https://doi.org/10.3326/pse.43.2.2
- [16] Fossen, F. M. (2009). Would a flat-rate tax stimulate entrepreneurship in Germany? A behavioural microsimulation analysis allowing for risk.

- Fiscal Studies, 30(2), 179-218. doi:<https://doi.org/10.1111/j.1475-5890.2009.00093.x>
- [17] Friedman, M. (1962). *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press.
- [18] Fuest, C., Peichl, A., & Schaefer, T. (2008). Is a flat tax reform feasible in a grown-up democracy of Western Europe? A simulation study for Germany. *International Tax Public Finance*, 15, 620-636. doi:<https://doi.org/10.1007/s10797-008-9071-2>
- [19] Hayek, F. (1960). *The constitution of liberty*. Chicago: University of Chicago Press.
- [20] Heath, A. (2006). *Flat tax: Towards a british model*. Stockholm Network.
- [21] Hirsch, J., & Buela-Casal, G. (2014). The meaning of the h-index. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 14(2), 161-164. doi:[https://doi.org/10.1016/S1697-2600\(14\)70050-X](https://doi.org/10.1016/S1697-2600(14)70050-X)
- [22] Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P., . . . Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate healthcare interventions: explanation and elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology*, 62(10), 1-34. doi:<https://doi.org/10.1136/bmj.b2700>
- [23] Merriam, S. B. (2009). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. (3rd ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- [24] Mill, J. S. (1848). *Principles of political economy*.
- [25] Osberg, L. (1995). The equity/efficiency trade-off in retrospect. *Canadian Business Economics*, 3, 5-19. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10222/34134>
- [26] Pántya, J., Kovács, J., Kogler, C., & Kirchler, E. (2016). Work performance and tax compliance in flat and progressive tax systems. *Journal of Economic Psychology*, 56, 262-273. doi:<https://doi.org/10.1016/j.joep.2016.08.002>
- [27] Paulus, A., & Peichl, A. (2009). Effects of flat tax reforms in Western Europe. *Journal of Policy Modeling*(31), 620-636. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2009.06.001>
- [28] Peichl, A. (2009). The benefits and problems of linking micro and macro models - Evidence from a flat tax analysis. *Journal of Applied Economics*, 12(2), 301-329. doi:[https://doi.org/10.1016/S1514-0326\(09\)60017-9](https://doi.org/10.1016/S1514-0326(09)60017-9)
- [29] Pogátsa, Z. (2009). Tatra tiger: Growth miracle or belated recovery? *Acta Oeconomica*, 59(4), 377-390. doi:<https://doi.org/10.1556/AOecon.59.2009.4.1>
- [30] Popescu, M. E., Militaru, E., Stanila, L., Vasilescu, M. D., & Cristescu, A. (2019). Flat-rate versus progressive taxation? An impact evaluation study for the case of Romania. *Sustainability*, 11, 6405-6421. doi:<https://doi.org/10.3390/su11226405>
- [31] Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press.
- [32] Ricardo, D. (1817). *Principles of political economy and taxation*. London.
- [33] Sabitova, N. M., & Dyudina, M. P. (2015). Income taxation as a tool of income redistribution. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6(1 S3), 174-178. doi:<https://doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n1s3p174>
- [34] Skipper, D. W., & Burton, H. A. (2008). Ramifications of a flat tax - Shifting the burden to the middle class. *International Atlantic Economic Society*(14), 460-471. doi:<https://doi.org/10.1007/s11294-008-9168-5>
- [35] Smith, A. (1776). *The wealth of nations*. London.
- [36] Ventura, G. (1999). Flat tax reform: A quantitative exploration. *Journal of Economic Dynamics & Control*, 23(9-10), 1425-1458. doi:[https://doi.org/10.1016/S0165-1889\(98\)00079-7](https://doi.org/10.1016/S0165-1889(98)00079-7)
- [37] Voinea, L. (2013). Revisiting crisis generators in romania and other new EU member states. *Review of International Political Economy*, 20(4), 979-1008. doi:<https://doi.org/10.1080/09692290.2012.733315>
- [38] Whait, R. B., Christ, K. L., & Ortas, E. B. (2018). What do we know about tax aggressiveness and corporate social responsibility? An integrative review. *Journal of Cleaner Production*, 204, 542-522. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.08.334>